

INTEGRAÇÃO REGIONAL E CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NO MERCOSUL INTEGRACIÓN REGIONAL Y LOS ACUERDOS DE COOPERACIÓN NO MERCOSUR

Salomão Jorge Prudente, Fundação ARAUCÁRIA – UEPR Campos de Campo Mourão;
Orientador: Paulo Roberto Santana Borges, Fundação ARAUCÁRIA – UEPR Campos de
Campo Mourão;

Co-orientadora: Luciana Aparecida Bastos, Fundação ARAUCÁRIA – UEPR Campos de
Campo Mourão.

Resumo:

A proposta contida nesse trabalho está no estudo sobre a Integração Regional e Convênios de Cooperação Técnica no MERCOSUL, para análise dos preceitos relacionados à condução do bloco econômico objeto desse trabalho. A pesquisa tem como objetivo mostrar como anda o desenvolvimento no processo de cooperação e integração no MERCOSUL nas últimas décadas, e os aspectos das políticas de relações internacionais do conglomerado de ensino e pesquisa do MERCOSUL, além das relações comerciais envolvidas no bloco, onde serão abordadas, na visão acadêmica, as vantagens da integração internacional. Na execução do projeto esta sendo utilizados materiais bibliográficos, fontes de dados de Institutos Oficiais, revistas e outras informações inerentes ao assunto.

PALAVRAS-CHAVE: MERCOSUL, Integração, Cooperação.

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo marcado pela globalização, onde o poder de mercado dos países está sendo comprometido devido ao processo de grande concorrência entre as nações, surge então à necessidade dos programas de cooperação e integração dos países para suprir esta desigualdade.

Nesse contexto, pode-se contar com as universidades, especialmente as públicas, que investem continuamente nos processos de crescimento e desenvolvimento econômico. Não podemos minimizar a importância dos empresários que também se empenham em tal questão.

A problematização maior está com a grande competitividade mundial, causada pela globalização e, com isso, as nações para diminuir os custos, melhorar a qualidade dos produtos e serviços e fortalecer as políticas de negociações internacionais, procuram formar blocos comerciais de integração técnico-econômico, conhecido como “integração socioeconômica”.

Segundo Neves e Morosini (1995) a função desempenhada pela produção de ciência e tecnologia nos países do MERCOSUL, da mesma forma que os investimentos neste setor, existe uma relação similar quando se compara com a população total destes

países. No Brasil o número de pesquisadores por milhão de habitantes ainda é inferior ao da Argentina e do Uruguai, porém se avaliar os dados utilizando números absolutos o Brasil possui maior número de pesquisadores e maior publicações por milhão de habitantes do que a Argentina e o Uruguai, pela própria extensão territorial e população, salienta ainda que, a comparação acima é afetada devido ao grande número de habitantes que o Brasil possui. Os investimentos do Brasil em ciência e tecnologia em 1980 perfaziam 700 milhões de dólares, em 1985 passou a 2,4 bilhões de dólares e em 1991 chega a 3,179 bilhões de dólares, já a Argentina em 1980 seus investimentos eram de 500 milhões de dólares, em 1985 reduz seus investimentos para 300 milhões, e em 1991 volta a investir forte, totalizando 576 milhões de dólares. As autoras dizem que apesar de tais investimentos no Brasil, os dados relativos mostram que o país está semelhante ou inferior aos outros países do bloco. Isto mostra que investimentos em ciência e tecnologia só surtem efeitos à longo prazo.

A principal motivação desse trabalho científico, além de ganhar conhecimento e experiência, tanto na área da economia como na de pesquisa científica, também está em mostrar como está o desenvolvimento dos acordos do MERCOSUL; que embora para muitos pareça estar estagnado encontra-se em estágio de desenvolvimento.

Outro fator relevante que direcionou o autor a desenvolver essa pesquisa é de sentir como empresários e políticos estão vendo esse processo de investimento na educação integrada como melhora das condições de vida da população, pois com profissionais melhor qualificados, produzindo mais com melhor qualidade, aumentará a oferta com preços mais baixos encadeando em uma melhoria extraordinária a toda a sociedade.

Dessa forma a principal atenção está em analisar os projetos de cooperação que existem no MERCOSUL, mostrando assim como tais projetos serão de grande importância para os países membros de tal bloco.

Essa pesquisa tem como objetivo mostrar como anda o desenvolvimento no processo de cooperação e integração no MERCOSUL nas últimas décadas, e os aspectos das políticas de relações internacionais do conglomerado de ensino e pesquisa do MERCOSUL, onde serão abordadas, na visão acadêmica, as vantagens da integração internacional.

Assim não se pode esquecer que o principal objetivo do MERCOSUL que é se estabelecer em um verdadeiro mercado comum entre os países integrantes, seguindo os objetivos que foram estabelecidos em 1991 no Tratado de Assunção pelo qual se formou o bloco. Com isso mostra como se encontra a união dos países membros de tal bloco econômico, juntamente com seus problemas de execução, procurando apresentar as melhores soluções.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa será apresentada a viabilidade da integração, buscando demonstrar os aspectos políticos e econômicos que são discutidos pelos países membros, em que são mostrados os problemas e as conseqüências da referida integração e como os governos estão tomando as decisões a respeito disso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Bastos (2008), a precursora da integração foi a Europa que inicia o processo na década de 1950. Ao ver a integração europeia, a América Latina, para não se tornar inferiorizada no comércio mundial, também se lança no processo de integração a partir da década de 1960.

A autora diz, ainda, que a idéia de integração na América Latina vem de Simon Bolívar, que em 1824 tentou criar um bloco de integração de países, porém sua idéia não foi aceita, e só se volta a falar no assunto, após a Europa começar seu processo de integração. Em 1960 cria-se a ALALC – Associação Latino Americana de Livre Comércio, pelo Tratado de Montevideu, que era composta por Brasil, Paraguai, Uruguai, México, Peru, Equador, Chile, Colômbia, Argentina, Bolívia e Venezuela, visava estabelecer um mercado sem fronteiras de grande porte, ampliando os mercados nacionais de seus membros, o objetivo seria em 12 anos alcançar tal progresso, porém não conseguiu alcançar sua meta.

De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC (2010), o MERCOSUL representa muito mais que apenas um acordo comercial entre certo bloco de países sul-americanos. É uma união entre os países membros, visando além dos aspectos comerciais, a integração política e cultural, para possibilitar uma melhoria na qualidade de vida dos integrantes, que mostra a imprescindível busca pela integração mais competitiva. Esses aspectos ocorrem em função do mundo que é marcado por grandes espaços econômicos em que a cooperação e o progresso técnico são essenciais para investimentos em planos de desenvolvimento e para o desenvolvimento sustentável dos países integrantes do bloco de competição mundial.

É possível perceber, que no atual momento, os países integrantes, que fazem parte do MERCOSUL são: Brasil, Argentina, Paraguai, e Uruguai. A Venezuela esta em processo de adesão, e se tornará parte quando estiver em vigor o Protocolo de Adesão da Republica Bolivariana da Venezuela ao bloco.

De acordo com a Academia Brasileira de Direito (2009), em uma reunião, onde Celso Amorim e a ministra Ellen Gracie discutiram sobre processo de integração do MERCOSUL, Amorim expõe que não adianta apenas o presidente e o chanceler serem integracionistas, precisa-se que todos sejam integracionistas para termos êxito no processo de integração regional no MERCOSUL. Ressalta, ainda, que entre o ITAMARATI e o

Supremo Tribunal Federal (STF) exista um intenso processo de cooperação em relação ao MERCOSUL. Segundo Amorim, o interesse do judiciário reflete exatamente os interesses da sociedade quando se refere ao processo de integração, além do que isso é um ideal partilhado não só pelo bloco do MERCOSUL, mas também por todos os países da América do Sul.

Neves e Morosini (1995) afirmam que entre os países integrantes do MERCOSUL, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, foram realizadas pesquisas que mostrou que nos últimos trinta anos os países do MERCOSUL apresentaram crescimento na formação de profissionais via graduação. Analisando os universitários que estão estudando, da faixa etária entre 18 a 23 anos, obteve-se que a totalidade representa 47% no Uruguai sendo que apenas 1/3 concluem a graduação; 41% na Argentina, apenas 1/5 concluem; 11% no Brasil e 9% no Paraguai. No Brasil e no Paraguai, apenas 50% concluem a graduação, segundo pesquisa da Comissão Econômica para América Latina e Caribe. (CEPAL 1990).

Neves e Morosini (1995) dizem, ainda, que observando os acadêmicos ingressantes e os que concluem a graduação, a diferença vista anteriormente se reduz. Proporcionalmente, temos mais argentinos e uruguaios do que brasileiros que ingressam, porem, de acordo com a Tabela 1, somente concluem a graduação 20,92% dos universitários argentinos, 30,51% dos uruguaios e 42,70% dos brasileiros e 45,0% dos paraguaios. Observa-se que a taxa de desistência dos brasileiros e paraguaios é menor do que a dos argentinos e uruguaios. Este quesito também é muito preocupante, pois em nenhum dos casos chega-se a 50% dos concluintes, significando investimentos mal utilizados na educação superior pelos países membros do MERCOSUL.

Na tabela 1, podemos observar que na Argentina apenas 14,17% dos matriculados realmente ingressavam no ensino superior. No Brasil esta porcentagem era 34,41%, da mesma forma que no Uruguai apenas 21,34% ingressavam e no Paraguai só 8% ingressavam. Levando em consideração quanto que representava o numero de acadêmicos por professor, na Argentina existia 1,7 aluno/professor, no Brasil era 4,08 aluno/professor, já no Uruguai era 2,02 acadêmico/professor e no Paraguai não foi encontrado um número certo de quantos docentes existia neste período. Se analisarmos a porcentagem da conclusão dos cursos em relação ao ingresso, veremos que na Argentina só concluía a graduação 20,92%, no Brasil os concluintes eram 42,7%, já no Uruguai somavam 30,51% e no Paraguai concluía a graduação 45%.

Tabela 1 – ENSINO SUPERIOR NO MERCOSUL ENTRE 1992 E 1993

Situações	Argentina	Brasil	Uruguai	Paraguai
Ingresso	152.612	548.678	13.659	4.000
Matriculas	1.077.192	1.594.668	64.000	50.000
Docentes	89.609	134.403	6757	---
Concluintes	31.933	234.288	4.168	1.800

Fontes: MCE/Instituto Nacional de Estadística y Censos; Brasil: Anuário Estatístico MEC/SAG; Uruguai: Universidad de La Republic/División de Estadística; Paraguai: Universidad Nacional/Departamento de Planificación (1992-1993).

Neves e Morosini (1995) versam ainda que a partir de 1992, a Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM), a coordenação dos assuntos universitários do memorial da América latina e do Brasil, e o Centro Regional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (Cresalc), vêm realizando um trabalho conjunto para a integração acadêmica, tal associação, com seus esforços conseguiram fazer com que a UNESCO/Cresalc assinasse um acordo com as fundações citadas.

As autoras dizem ainda que, no início de 1996, a rede de integração e mobilidade acadêmica, inicia a segunda etapa do convênio UNESCO/Cresalc, onde juntamente com o Parlatino¹ e a PUC/SP, realizam acordos de integração de todas as universidades da América Latina, e a compatibilização dos programas de estudo, de forma a deixar os cursos com grades semelhantes nos variados países integrantes.

De acordo com o site do MERCOSUL, em relação ao desenvolvimento, o MERCOSUL conta, desde 1995, com uma tarifa externa comum (TEC), que em quesitos tarifários abrange todo o universo de produtos que são comercializados com terceiros países, conta com cerca de nove mil itens na nomenclatura comum do MERCOSUL, que são tarifados, com tarifas ad-valorem que estão entre de 0% a 20%. Porém existe uma série de procedimentos aduaneiros e administrativos que são utilizados visando assegurar uma uniformização na aplicação da TEC.

Conforme página eletrônica do MERCOSUL (2011), os estados associados ao MERCOSUL são: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, e Peru, esta associação só acontece por causa do comprometimento dos integrantes do bloco que procuram se aprofundar nos processos de integração, além de melhorar e reforçar as relações com os países da Associação Latino-americana de Integração (ALADI), significando que só os países que fazem parte da ALADI podem se associar ao MERCOSUL, é claro que para se integrarem ao bloco, os países tem de estarem de acordo com as regulamentações do MERCOSUL,

¹ PARLATINO: O Parlamento Latino-americano foi criado em 10 de dezembro de 1964, na cidade de Lima Peru, com o objetivo de promover, harmonizar e canalizar o processo de integração do MERCOSUL. Sua Sede permanente esta localizado no Panamá.

como o livre comércio com os integrantes do bloco, estar de acordo com o protocolo de Ushuaia que trata de compromissos democráticos, entre outros. Os países que fazem parte da associação podem participar das reuniões e congressos do MERCOSUL, porém fica restrito o poder de voto. Apenas podem discutir sobre assuntos de interesses mútuos.

2.1 VANTAGENS DO PROCESSO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

O processo de cooperação técnica contribui diretamente para o cumprimento de dois objetivos: 1) promover o desenvolvimento tecnológico e científico; e 2) promover o aumento e a diversificação da oferta de bens e serviços com padrões de qualidade comuns, segundo as normas internacionais. Assim, favorece a padronização e a harmonização de normas técnicas e procedimentos, facilitando o comércio com circulação de bens, pessoas e serviços dentro do bloco e viabilizando a integração socioeconômica.

Em concordância com NAKANO, os mercados exportadores do Mercosul, diante de acirrada concorrência, tentam aumentar a produtividade, reduzindo custos e aumentando a qualidade como diferencial, a seus consumidores.

Também é observado a incrementação do material produtivo, como máquinas modernas, a sofisticação da indústria, bem como inovações organizacionais, baseados na forma otimizada de gestão, priorizando autodisciplina, auto aperfeiçoamento, coordenação e controle, inovando um paradigma, que resulta em um novo conjunto de produtos e serviços, sistemas e indústrias.

O Mercosul foi concebido com o objetivo prioritário de possibilitar *uma, adequada inserção internacional para os países*. Para tanto, considera-se imprescindível o aprimoramento do grau de competitividade de suas empresas.

Quadro 1 – MUDANÇAS NO PARADIGMA TECNOLÓGICO

Velho Paradigma	Novo Paradigma
Intensivo em energia	Intensivo em informação e conhecimento
Grandes unidades de produção e número de trabalhadores	Redução no tamanho da produção e número de trabalhadores
Produto homogêneo de uma unidade de produção	Diversidade de produtos
Padronização	Customised (dirigida ao cliente)
Mix estável de produtos	Mudanças rápidas no mix de produtos
Plantas e equipamentos especializados	Sistema de produção flexível
Automação	Sistematização
Habilidades especializadas	Multi-habilidades, interdisciplinares

Fonte: NAKANO, 1994, p. 11.

2.2 PROBLEMAS IDENTIFICADOS

Considera-se que os sistemas educativos latino-americanos têm funcionado antes como segmentadores que integradores, cada vez mais os cursos vem se afastando de seus objetivos primordiais, não atendendo as necessidades de produção de seus países, sendo que para mudar esta situação será necessário um enfoque global da atual conjuntura educacional, integrando as três dimensões do sistema produtivo, visando incorporar, e difundir o conhecimento, para assim desenvolver a competitividade que permita o desenvolvimento regional, e a inserção no contexto da economia mundial" (Cepal, 1993: 7-9).

Outro problema remete ao fato da falta de estrutura, e investimentos financeiros na construção de melhores acomodações para a formação dos profissionais.

2.3 POSICIONAMENTOS DO GOVERNO

A atuação estatal encara o processo de integração regional como uma forma eficaz de reduzir os custos com a formação técnica de seus profissionais, uma vez que as experiências buscadas no exterior podem ser utilizadas com sucesso dentro da nação, aumentando seus níveis de produtividade, o maior gargalo da educação em países subdesenvolvidos, a dificuldade referente ao financiamento da educação de nível técnico e superior.

As reuniões tendem buscar formas de financiamentos, onde haja uma divisão deste financiamento tanto do poder estatal, tanto da mobilização de recursos privados, havendo

uma nova relação entre educação, capacitação e empresa, na qual esta última assumira a liderança na formação de recursos humanos, bem como um esforço para criação de uma nova cultura em que o esforço das universidades, empresas, e do governo tenham como objeto final a competitividade ao conhecimento" (Cepal, 1993: 9-10).

O Mercosul, organizado com vistas a incrementar a competitividade dos setores econômicos mais dinâmicos dos países envolvidos, está oportunizando a re-introdução da educação enquanto fator importante para as estratégias empresariais, uma vez que a qualidade de ensino nos países da região "é cada vez mais percebida como algo inferior, incompatível com qualquer pretensão a competir em iguais condições num mercado mundial altamente dependente de ciência e de tecnologia de ponta" (Scuro Neto: 74).

Para governos e empresários do Mercosul, que visam ao sucesso na estratégia de inserção na economia mundial, as metas buscadas para a área educacional devem se subordinar a esse fim. Daí a importância da implementação de sistemas de avaliação do ensino mediante o desenvolvimento de indicadores educacionais confiáveis internacionalmente e que evidenciem as características da qualificação da força de trabalho, possibilitando a busca de padrões educacionais de qualidade, funcionais e compatíveis quanto à competitividade internacional.

2.4 ALCANCE E IMPLICAÇÕES DO CREDENCIAMENTO

Nos encontros dos processos de integração seguintes serão focadas a formação e a capacitação de recursos humanos, os sistemas universitários são considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico dos países da sub-região, pois será exigido cada vez mais pessoal competente, tanto na área de comunicação, línguas e de gestão de pessoas e organizações, e com habilidades múltiplas, a perspectiva educacional, a integração entre os parceiros do MERCOSUL dificilmente avançará sem a melhora na eficiência da educação superior e a modernização dos sistemas educativos da sub-região.

O quadro abaixo, mostra de forma concisa os níveis de instrução atuais dos países que compõem o bloco.

Quadro 2 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA PEA (%)

Anos de estudo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Nenhum ano de estudo	-	27,1	7,4	2,8
1 a 3 anos de estudo	29,4	24,7	66,8	20,2
4 a 6 anos de estudo	48,4	28,1	-	28,5
7 a 9 anos de estudo	16,9	10,1	21,1	22,3
10 a 12 anos de estudo	-	6,8	-	4,2
Acima de 13 anos de estudo	5,3	3,1	4,7	21,3

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento do Cone Sul (Cepal). Ano base 1980,

Em razão do baixo nível educacional dos trabalhadores, até mesmo os programas internos das empresas para treinamento acabam dificultados. Humphrey (1994) fez um estudo sobre de gerenciamento de mão-de-obra e as formas sistemáticas no modo de produção do Terceiro Mundo, mostra evidentemente o déficit que existe na educação básica no estado de São Paulo, região de grande concentração industrial do Mercosul, a maioria dos empregados da indústria são jovens não tendo nem a educação primária completa.

Para fazer frente a esta situação, algumas companhias oferecem cursos de alfabetização, matemática e estatística elementar, atividades de controle de qualidade, além de cursos de primeiro e segundo grau para superar as deficiências de leitura, redação, raciocínio e habilidades de comunicação dos trabalhadores (HUMPHREY, 1994 apud PILETTI; PRAXEDES 1998, p. 225).

2.5 A INTEGRAÇÃO EDUCATIVA

A educação e o conhecimento são as fontes de transformação produtiva com igualdade, o fortalecimento das relações entre o setor educativo e o setor produtivo, na tentativa de adequar-se às exigências dos processos de renovação competitiva com vistas a melhor posicionar os sistemas econômicos na concorrência internacional. Em outros termos, na medida em que a integração entre os quatro países busca ampliar o espaço de abrangência das empresas instaladas na sub-região, a integração educativa buscada pelos negociadores oficiais, acaba obedecendo à lógica das demandas de mercado.

Mesmo diante de problemas na equiparação, o que nos remete a cultura de cada povo, sua língua, tradições e as questões políticas, a integração econômica de um grupo de países é muito mais fácil de promover do que a sua integração educacional.

O quadro abaixo, aponta outras dificuldades referentes à educação integrativa, e nos coloca frente às disparidades educacionais entre os países que compõem o bloco.

Quadro 3 – INDICADORES EDUCACIONAIS DO MERCOSUL

Indicadores	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Analfabetismo (%)	4,7	18,9	9,9	3,8
Alunos cursando o 1º e 2º graus (em milhares)	6800	34000	890	612
Professores de 1º e 2º graus (em milhares)	512	1514	50,8	33
Alunos de escola primária em escola privadas (em % de 1988)	18,6	12,1	17,7	15,4
Alunos cursando o ensino superior (em milhares)	903	1594	32,8	91,5
Professores no ensino superior (em milhares)	75	125,4	2,7	5,6
Indivíduos na faixa de 18 a 23 anos na educação superior (%)	41	11	9	47
Gastos em educação em percentual do PIB	4,2	2,9	1,6	2,3
Gastos em educação em percentual do orçamento nacional	22,6	16,9	16,7	9,3

Fontes: Indicadores de Desenvolvimento do Cone Sul (Cepal); Tadesco,1991; Morosine, 1994;Informe Sobre o Desenvolvimento Mundial, Banco Mundial, 1992; Abril Cultural, 1995.

Considerando as mencionadas dificuldades, além de outras certamente existentes, Goldemberg sugere como ponto de partida para a reorganização dos sistemas educacionais dos países do Mercosul, a uniformização das condições para o exercício profissional, medida que induziria ao reconhecimento mútuo dos diplomas atribuídos pelos sistemas de ensino de cada país, o que, por sua vez, só ocorreria com o atendimento à pré-condição da uniformização ou, ao menos, da compatibilização dos currículos das diferentes escolas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto é de suma importância que exista um empenho, por parte dos governos e de empresários, na educação integrada no MERCOSUL, pois é só assim que teremos mais profissionais com melhor qualificação, isto ocorrerá devido que, é muito mais barato estudar em certo país do bloco do que em outro, assim pessoas com renda não tão alta poderão fazer uma graduação com qualidade reconhecida em todo o MERCOSUL. Desta forma se mostra a importância do reconhecimento de títulos de estudos dentre os países membros.

Neste íterim, observamos várias controvérsias no processo de integração do MERCOSUL, assim é de necessário a existência de um sistema de solução de controvérsias para um maior desenvolvimento da integração sustentável.

Se observarmos a integração sócio-econômica, notamos que devido aos processos crescentes de queda de barreiras comerciais, existente nos dias atuais, o mundo se tornou “pequeno”, pois um acontecimento ocorrido do outro lado do planeta leva poucos segundos

para ser identificado, conhecido, e analisado praticamente em tempo real, dessa forma o comércio mundial se tornou mais competitivo, com um maior nível de singularidades a ser analisadas, gerando uma necessidade crescente em reduzir custos de produção, bem como de atentar-se para as variáveis ambientais que cada vez mais exigem das organizações e também seus profissionais, aplicar um modelo de integração das nações, para que caminhem rumo a formação de blocos econômicos visando reduzir custos na produção, e viabilizar processos que permitam a conquista de novos mercados.

Dessa forma, o MERCOSUL vem evoluindo, e se existir um empenho maior dos governos, tenderá a evoluir mais, melhorando a qualidade de vida de toda a sociedade pertencente aos países do bloco.

Para concluir, após análises, identifica-se que um dos principais problemas da integração universitária é o reconhecimento de diploma, títulos e estudo, mediante a equiparação dos cursos nos diferentes países que compõem um bloco econômico, pois não é só a vertente do reconhecimento dos diplomas, mas também questão de terminologia troca de informações, certificação dos estudos e exercício da carreira.

4 REFERÊNCIAS

ABC – Agencia Brasileira de Cooperação. Disponível em:

http://www.abc.gov.br/lerNoticia.asp?id_Noticia=590 Acesso em 02/04/2011, às 20hs.

ABDIR – Academia Brasileira de Direito – 2009. Disponível em: <http://www.abdir.com.br/> Acesso em 31/03/2011, às 13h e 50min.

BASTOS, Luciana Aparecida – São Paulo: Tese de Doutorado – 2008.

CEPAL, Comissão Econômica Para América Latina e Caribe - Disponível em: <http://www.eclac.org/>: acesso em Julho de 2011.

CLASSIFICADOS DO MERCOSUL – www.mercosul.gov.br: Acesso em 10/02/2011 às 19hs e 30min.

HUMPHREY, John. A gestão de mão-de-obra e os sistemas de produção no Terceiro Mundo. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 21, 1994.

NAKANO, Yoshiaki. Globalização, competitividade e novas regras de comércio mundial. *Revista de Economia Política*, v. 14, n. 4, out./dez. 1994.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta e MOROSINI, Marília Costa – 1995.

SCURO Neto, Pedro. A formação de recursos humanos. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, Coleção Documentos, v. 20, 1991.

BIBLIOGRAFIAS COMPLEMENTARES.

ABC – Agencia Brasileira de Cooperação. Disponível em: http://www.abc.gov.br/lerNoticia.asp?id_Noticia=590 Acesso em 02/06/2011, às 20hs.

ANGRAD - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração 2008. Disponível em: www.angrad.org.br/novidades/integracao...mercosul/291/ Acesso em 01/07/2010, às 16hs e 15.

CARTILHA DO MERCOSUL – 2005. Pesquisa da Secretaria-Geral da Presidência da República em conjunto com a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL e o Ministério das Relações Exteriores.

FUNIBER – Fundação Universitária Ibero-americana, Instituto PIAGET - 2005 - 2007. Disponível em: www.piaget-funiber.org.pt/projetos/cooperacao/ Acesso em 01/04/2010, às 10hs e 12min.

MENEZES, Wagner – 2000. Lineamentos para sistematização do estudo do Direito da Integração, revista dos tribunais, São Paulo, março de 2000.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Estudos Avançados*, vol.12 nº. 34 São Paulo 1998, Mercosul, competitividade e educação.

Protocolo de integração educacional para prosseguimento de estudos de pós-graduação nas universidades dos estados partes do MERCOSUL. MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 8/96.

VIÉGAS, Iran de Jesus Alves - 2008. Programa de Pós-graduação do Cefor (Centro de Formação da Câmara dos Deputados).